licere
Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer - UFMG

OS USOS POLÍTICOS DOS DIVERTIMENTOS EM PETRÓPOLIS NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO (1875-1888)[1]

Recebido em: 25/09/2025
Aprovado em: 18/05/2026
Licença:

Bernardo Jordano Gomes[2]
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
https://orcid.org/0009-0002-6093-5716

RESUMO: O presente estudo buscou analisar o papel dos divertimentos e seus usos políticos durante o processo de Escravidão na cidade de Petrópolis. Para a pesquisa, pautada na História Social, foram utilizados dois jornais petropolitanos – o Mercantil e o Correio Imperial –, em diálogo com literatura pertinente. Foram explorados dois cenários: em um primeiro momento, foram apontadas iniciativas que tinham como objetivo a compra de alforrias para a libertação de escravizados, de forma que os empreendimentos em torno dos divertimentos tenham se apropriado da cultura política local; já no ano de 1888, foram formalizadas as festas em favor da emancipação, com ampla participação de representantes da família real, que se apropriaram de discursos, buscando sua autoafirmação enquanto figuras imperativamente humanitárias, frente aos avanços republicanos que já se apresentavam naquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Petrópolis. Divertimentos. Escravidão.

THE POLITICAL USES OF ENTERTAINMENT IN PETRÓPOLIS IN THE CONTEXT OF SLAVERY (1875-1888)

ABSTRACT: This study sought to analyze the role of entertainment and its political uses during the slavery era in the city of Petrópolis. For this research, based on Social History, two Petrópolis newspapers – Mercantil and Correio Imperial – were used in conjunction with relevant literature. Two scenarios were explored: initially, initiatives aimed at purchasing manumissions for the freeing of enslaved people were identified, allowing the entertainment-related enterprises to appropriate the local political culture. In 1888, pro-emancipation festivities were formalized, with extensive participation by representatives of the royal family, who appropriated discourses, seeking to assert themselves as imperatively humanitarian figures in the face of the republican advances already taking place at that time.

KEYWORDS: Petrópolis. Entertainment. Slavery.

[1] Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
[2] Mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Introdução

A presença de pessoas escravizadas na cidade de Petrópolis durante o período do império brasileiro não é consenso na historiografia oficial petropolitana. Neste sentido, Pires (2024) apresenta certo "mito da baixa densidade de negros" em Petrópolis, isto é, a problematização do que vem sendo proposto tanto pela historiografia quanto pela narrativa imperial que busca dizer que a presença de escravizados na cidade petropolitana foi irrisória.

Em mesmo sentido, Silva (2020) problematiza a incipiência de pesquisas que tenham como objeto a escravidão em Petrópolis, indicando que "o problema do estudo sobre escravidão na 'cidade de Pedro' não está na falta de fontes, mas sim em outra instância, na construção de memória" (Silva, 2020, p. 158).

Esta constatação se dá a partir da prerrogativa de que as construções de memória na cidade culminam no apagamento da memória negra, sob a lógica idealizada de uma Cidade Imperial. Segundo o autor, apesar desta construção ser evidenciada pelo Decreto nº 85.849, de 27 de março de 1981, sob a ótica do incentivo ao turismo histórico, esta ideia já vinha sendo apresentada pelo menos desde Getúlio Vargas, em sua tentativa de aproximação à imagem de D. Pedro II, notada pela criação do Museu Imperial pensado para narrar a história de um "Império idealizado pela República" (p. 149).

Assim, em passos lentos, algumas pesquisas ainda tentam comprovar a importância dos negros e escravizados para a história – e, consequentemente, para a historiografia – petropolitana. De maneira geral, a lógica utilizada por estes autores é a de compreender a presença negra em Petrópolis a partir da presença de quilombos na região. De acordo com Silva (2023):

> As análises a respeito do sistema escravista, a experiência de africanos e descendentes de africanos na cidade, e o processo de abolição, foram se apresentando como assuntos ainda a serem abordados (p. 15).

Em vista dessa compreensão, o entendimento dos divertimentos como elemento central para a presente pesquisa se dá em vista da intrínseca relação entre a família real com a cidade de Petrópolis, evidenciada pela lógica da vilegiatura (Ambrozio, 2008) – termo utilizado para evidenciar os processos de urbanização, apropriação e estadias na/da cidade de Petrópolis. Segundo Ambrozio, esse conceito está originalmente "vinculado à formação das vilas de recreio da aristocracia e à constituição de subúrbios" (2008, p. 9).

O presente estudo, portanto, tem como objetivo compreender o papel dos divertimentos e seus usos políticos em Petrópolis durante o período da Escravidão, mais especificamente no período em que os movimentos em torno da abolição se apresentavam de forma mais contundente, culminando na emancipação de escravizados e, posteriormente, na abolição legal de 13 de maio de 1888.

Ademais, para a presente pesquisa, pautada na História Social, serão utilizados como fontes primárias as edições dos jornais *Mercantil* (1875 a 1888) e *Correio Imperial* (1887 e 1888), em diálogo com a literatura pertinente.

Das Festas Patrióticas à Emancipação dos Escravizados em Petrópolis

De acordo com Silva (2023), uma estratégia adotada em Petrópolis para a compra de alforrias de pessoas escravizadas foi o Livro de Ouro, inaugurado em 1884 como uma ferramenta que visava angariar recursos para a compra de alforrias de escravizados não contemplados pelo Fundo de Emancipação. O Livro contava com particularidades que o diferenciava, por exemplo, do Fundo de Emancipação, que por

sua vez, sustentava-se nas prerrogativas de sua lei de criação, a Lei do Ventre Livre, e pelo decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872.

A primeira alforria foi comprada somente no último mês de 1885, e este atraso é explicado por Silva (2023) como consequência da falta de recursos angariados, que só começaram a aparecer após D. Pedro II ter feito a sua doação. O autor indica, desta maneira, que

> O abolicionismo como cultura política, nesse momento, era latente e se vincular às essas pautas [sic], do ponto de vista do comportamento político, representava se inserir em um movimento presente em todos os campos do mundo social e que envolviam os mais diversos e contraditórios interesses e motivações (Silva, 2023, p. 70).

É com este entendimento que o autor busca compreender as diversas motivações e atuações pelas quais as elites se inseriam no contexto de emancipação na cidade de Petrópolis, evidenciando um caráter plural no que tange a essas atuações. Segundo o autor,

> [...] ser abolicionista no Brasil não significava necessariamente defender a diversidade, a extensão da cidadania para todos, a igualdade étnica e racial e, muito menos, a República. [...] o abolicionismo das elites no Brasil, sobretudo, o experimentado em Petrópolis, era **majoritariamente monarquista, racialista, percebia a escravidão como algo menor e representava interesses, dos mais diversos, que extrapolavam o argumento da abolição** (Silva, 2023, p. 97. **Grifos nossos**.).

Isso é ressaltado quando, pautado em uma publicação de artigo sobre a criação do Livro de Ouro, em 15 de março de 1884, o autor evidencia algumas das percepções que membros da elite abolicionista petropolitana tinham sobre os escravizados: “Sem religião, sem convicções, sem família, sem intelectualidade e sem humanidade” (p. 99).

Esta reflexão inicial nos servirá como um pano de fundo para a nossa análise, de forma que não nos permita romantizar os interesses abolicionistas em uma perspectiva única e meramente humanitária, usualmente atribuída aos membros da família imperial.

Outras contradições também podem ser notadas em uma de nossas fontes – o jornal *Mercantil* –, que se apresentava enquanto abolicionista, e chegou a refletir sobre

como seria a recepção de uma importante atriz francesa, Sarah Bernhardt, ao saber que no Brasil ainda reinava a escravidão[3]. A tentativa da imprensa e de outros atores em utilizar das ilustres figuras das artes como meio de notabilizar a problemática da escravidão, não era algo inusual. Silva (2023) apresenta o exemplo da soprano russa Nadina Bulicioff. A partir de uma ópera que tratava da libertação da filha do rei da Etiópia – *Aida* – presa em um cativeiro no Egito antigo, que foi representada por Bulicioff.

Em nosso caso, não sabemos qual foi a real percepção de Sarah Bernhardt sobre o Brasil, tampouco, se ela pôde ser considerada uma "libertadora" tal como Bulicioff. No entanto, esta relação entre as artistas e movimento abolicionista era utilizada como uma estratégia de levar aliados à causa a partir da importância dada às artes, isto é, "a arte se apresentava como uma das formas de fazer política" (Silva, 2023, p. 32).

Voltando ao jornal e sua aproximação com a causa abolicionista, destacamos algumas publicações que nos remetam à contestação da escravidão, amplamente discutida em suas folhas. Além das notícias, o jornal apresentava poesias e textos que versassem sobre os desprazeres, mazelas e feridas causadas pela escravidão, evidenciando a necessidade de sua superação para o bom desenvolvimento da nação. Por outro lado, o jornal ainda precisava se curvar aos interesses da escravidão. Este entendimento fica notável quando notamos, dividindo espaço com a poesia e os aforismos, uma seção intitulada *Declarações* com o anúncio da delegacia de polícia, sobre um "escravo fugido".

Curiosamente, a mesma edição ainda anunciava, dentre as primeiras notícias, o aniversário de cinquenta anos de Dom Pedro II, que contaria com diversos festejos

[3] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 41, n.p., 1886. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

comemorativos e, posteriormente, serviria inclusive como preceito para que proprietários de pessoas escravizadas as alforriassem na cidade.

Um exemplo no que se refere a esta alusão é o caso de José Antônio Vaz de Carvalhaes.

> O dia 2 de dezembro – Resolvido a alforriar paulatinamente, na proporção dos meus recursos, os poucos escravos que me têm servido, **escolho sempre para esse fim os dias festivos da Família Imperial**. [...] Terminarei por dizer, que quando o rei se mostra tão ilustrado e patriota como o mais patriota e ilustrado dos seus concidadãos; quando sua esposa é geralmente proclamada o modelo da boa mãe de família; quando sua filha, em poucos meses de regência, descortina o seu futuro reinado sancionando leis libérrimas e inutilizando o patíbulo; quando seu genro, nos campos de batalha, partilha com o exército os louros da vitória, ninguém deve envergonhar-se de manifestar publicamente a sua dedicação ao rei, pelo contrário, em tais condições, eu me envergonharia de ser democrata, se visse injuriado e caluniado na imprensa ou na tribuna, por correligionários meus, um semelhante rei, mormente, se a democracia não tivesse riscado ainda da sua bandeiras as palavras – Monarchia Constitucional Representativa.
>
> José Antônio Vaz de Carvalhaes.
> Petrópolis, 2 de dezembro de 1875.[4]

Notamos mais uma vez, em edição de alguns meses antes, em 17 de março de 1875[5], as contradições que se faziam presentes nas folhas do jornal: se por um lado, declarava-se o recolhimento de pessoas escravizadas que haviam fugido, na cadeia da cidade; por outro noticiava-se a cessão de pessoas escravizadas por parte do mesmo José de Carvalhaes, como manifestação de alegria pelo aniversário da imperatriz. Isso nos mostra que, embora este escravocrata usasse os dias festivos para alforriar seus escravos, estas alforrias não se davam de maneira integral, de forma que sempre pudesse utilizar essas datas para 1) se autopromover; e 2) promover a imagem dos membros da família imperial, como nos evidencia sua declaração transcrita acima.

Foi possível encontrar outros exemplos que utilizassem essas datas com o mesmo fim: ambas em 1886. Na primeira, é apresentada a figura da Sra. Baronesa da

[4] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 93, n.p., 1875. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[5] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 20, n.p., 1875. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

Vila Velha, que "em demonstração de regozijo pelo aniversário natalício de Sua Majestade a Imperatriz, concedeu liberdade à sua escrava Silvana, crioula, de vinte e dois anos, única que possuía"[6]. A segunda, contudo, foi fruto de um movimento da própria câmara municipal, com o fim de utilizar esta alforria para solenizar o aniversário do imperador. Além disso, utilizou os recursos angariados pelo Livro de Ouro.

> A câmara municipal desta cidade, ainda pelo *Livro de Ouro*, alforriou a escrava Maria, de cor parda, com quarenta anos presumíveis, pertencente a José Ribeiro de Carvalho**. Essa liberdade foi conferida para solenizar o aniversário natalício de Sua Majestade, o Imperador**. O Sr. Ribeiro de Carvalho recebeu a quantia de 100$000.[7]

Assim, tangenciados pela construção de um ideário positivo, a possibilidade de emancipação na cidade ganharia mais força na segunda metade da década de 1880, a partir do desenvolvimento de eventos que contassem exclusivamente com este fim. No ano de 1886, destacamos dois exemplos: um espetáculo dramático do Grêmio Literário do Colégio Paixão; e uma quermesse ocorrida no distrito de Cascatinha;

O *Grêmio Literário – Culto à Sciencia* – do Colégio Paixão, promoveu um espetáculo dramático no Theatro Floresta, produzindo uma quantia de 220$000 réis, deduzidas as despesas. Destes 220$000, 110$ seriam destinados à publicação de um *Dicionário Geográfico*, fazendo jus à causa da ciência defendida; já os outros 110$ eram destinados "à causa da liberdade", embora tenha sido depositada na tesouraria do próprio grêmio, sob o compromisso de "na época precisa, dar-se-lhe o fim conveniente"[8] e não no *Livro de Ouro* da câmara municipal. Este espetáculo faria parte

[6] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 19, n.p., 1886. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[7] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 91, n.p., 1886. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[8] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 69, n.p., 1886. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

de um processo maior em alusão ao dia da Independência do Brasil (7 de setembro), contando também com uma sessão solene no paço da câmara municipal[9].

Sobre a quermesse, sabe-se que o produto angariado foi de 368$500, que seria entregue à câmara municipal para a sua inscrição no *Livro de Ouro* da cidade[10]. Trata-se de um bazar beneficente organizado pelo proprietário de estabelecimento chamado *Au Pique-nique*, que ocorreu em três dias, durante o mês de janeiro. As festas contavam com participação de diferentes bandas de música, como a do *Club União Philarmonico da Cascatinha*. Exclusivamente no primeiro dia, a entrada era de 200 réis, de forma que nos outros dias tenha ocorrido gratuitamente. Há também notícias sobre a doação de prendas tanto por parte da Imperatriz, quanto da Princesa imperial.

O anúncio da quermesse contou com espaço privilegiado nas folhas do jornal *Mercantil*, contando com menções a ela em pelo menos oito edições durante os meses de janeiro e fevereiro de 1886, em diferentes setores do jornal como as notícias diversas, o folhetim, ou os anúncios propriamente ditos. Na edição anterior ao primeiro dia da quermesse, contudo, ela teve o merecimento de figurar na primeira notícia do jornal, com um importante artigo que não somente a noticiava, mas tratava de seus benefícios morais e ideais patrióticos.

> A GRANDE *KERMESSE* – Amanhã será inaugurada a grande *kermesse* anunciada desde dias do mês passado e **destinada a contribuir para a bendita obra da redenção dos captivos**. [...] Não considera ela a redenção do cativo como uma obra de misericórdia, antes a vê como um dever de justiça. O escravo merece-nos a sua libertação; e, restituindo-lhe a liberdade, engrandecemo-nos – nós livres – por elevá-lo a nossa altura. O estado de adiantamento das sociedades modernas não pode mais tolerar os preconceitos de raça, as distinções de cores. O homem é homem – nascido nas brenhas africanas ou nas mais civilizadas capitais. [...] Neste sentido fazemos votos para que a coleta alcançada pelas graciosas caixeiras da grande *kermesse* seja tão elevada, que bem corresponda à sua patriótica vontade. E considerando nós uma boa ação o cumprimento do dever, lembraremos à população de

[9] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 66, n.p., 1875. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[10] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 19, n.p., 1886. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

> Petrópolis as palavras de Lamartine: - **Nunca se deve considerar como perdidos o tempo e o trabalho empregados em praticar uma boa ação**.[11]

Por outro lado, uma publicação na seção *Folhetim* sem autoria explicitada, embora tivesse outro fim e contasse com um tom satírico e metafórico, nos ajuda a compreender quem eram os participantes daquela quermesse:

> Fomos à grande *kermesse*, **a festa das brancas bonitas em favor dos feios negros...** Andamos pelo *Pique-Nique*: ali nos aquecemos aos raios de tantos belos olhos, ali nos enlevamos aos risos de tantos belos lábios... [...][12]

A partir desta menção, podemos mais uma vez apontar para indícios de uma busca exacerbada por parte das elites das "brancas bonitas" de se autopromoverem como humanistas, ao passo que não pudessem ao menos contar com a participação dos "feios negros" – justamente os escravizados que seriam beneficiados por aqueles divertimentos. Trata-se de uma declaração extremamente racista, mas que nos apresenta compreensões sobre a participação destas pessoas nos divertimentos da cidade, ainda que durante o segundo e o terceiro dia a entrada fosse gratuita – o que não quer dizer que tenha sido liberado a todas as pessoas.

As fontes analisadas neste tópico, em conjunto com as que ainda manejaremos, nos ajudam a compreender uma forte relação entre as elites petropolitanas e os fins de emancipação dos escravizados, tendo os *divertimentos* como pano de fundo para tal. Contudo, como já apresentamos, esta relação não significa necessariamente que a emancipação seria fruto de ideais unicamente humanistas, ao passo que muitos significados poderiam ser atribuídos para tal, como a própria necessidade de se contestar um movimento que já não mais se sustentava, devido tanto ao próprio cenário do movimento abolicionista nacional, quanto da pressão que vinha do exterior.

---

[11] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 04, n.p., 1886. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[12] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 04, n.p., 1886. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

No ano de 1888, contudo, os divertimentos teriam uma função ainda mais notável neste processo. É o que buscaremos apresentar no tópico seguinte.

"Está Livre a Risonha Petrópolis!": O Ano de 1888

O ano de 1888 é o ano em que a abolição legal da escravatura foi assinada. Em Petrópolis, entretanto, alguns meses antes já se anunciava não ter mais pessoas escravizadas na cidade.

A cidade de Petrópolis parecia querer ser notada com um exemplo a ser seguido, tendo em vista a ampla relação da família imperial com o município, de forma que fosse compreendida a imagem de seus membros como pessoas humanistas e as principais responsáveis pela abolição de uma escravidão, que em nossa compreensão já não se sustentava mais.

Neste tópico, buscaremos apresentar os principais elementos notabilizados no processo de emancipação dos escravizados na cidade de Petrópolis, no ano de 1888. Notamos que os *divertimentos eram um elemento central* em todo este processo, tendo como culminância os eventos de 1888, em especial as festas, bailes, espetáculos etc.

Buscaremos discorrer, portanto, sobre movimentos inerentes ao processo de emancipação da cidade, que ganha força com a chamada "batalha de flores" durante o Carnaval. Apresentaremos também outros divertimentos que se aliaram à causa emancipatória, e a maneira que estes acontecimentos (em conjunto) geram repercussão na imprensa de outras cidades como a do Rio de Janeiro, onde se estabelecia a corte. Desta maneira, o processo de *emancipação* – que não devemos confundir com o da *abolição* – conta com um destacado movimento no cotidiano petropolitano, culminado na grande "festa da emancipação" em 1º de abril de 1888.

Além disso, buscaremos compreender as movimentações do processo de *abolição* de 13 de maio que, tal como na *emancipação*, contou com notáveis festejos na cidade de Petrópolis. Ambos os processos, contudo, refletem um intenso conflito político: se de um lado havia a exaltação da família imperial na cidade, de outro, os ideais republicanos ganhavam notoriedade.

Destarte, no que se refere aos eventos em favor da *emancipação*, dialogamos mais uma vez com Silva (2023). O autor evidencia as festas ocorridas no município a partir do entendimento de que o festejo de 1º de abril de 1888 fosse resultado, isto é, a culminância de um processo que já estava em curso. O autor apresenta também o que foi chamado de "Batalha de Flores", uma proposta apresentada por Ramiz Galvão, tutor dos filhos da princesa Isabel e conde d'Eu, para substituir os entrudos no Carnaval[13]. De acordo com Silva (2023), para esta batalha não havia inicialmente um caráter abolicionista, mas a pedido dos assinantes dos jornais, passou a adotar esta causa. Para os outros divertimentos, o autor aponta um forte marcador de classe, com uns voltados a uma parte seleta da sociedade, e outro, popular, a um público diversificado.

Os festejos, para além de contribuírem para a caixa emancipadora da cidade, fez com que a família imperial – especialmente a princesa regente – recebesse elogios até mesmo de republicanos e críticos do regime monárquico, como José do Patrocínio. O autor aponta para a ligação da batalha com a solenidade de 1º de abril, indicando ambos os acontecimentos como parte do mesmo processo, além de evidenciar o apoio da princesa Isabel à causa abolicionista.

Para a discussão acerca das festas de carnaval nos ateremos também às folhas do jornal *Correio Imperial*. Neste jornal, no dia 11 de janeiro de 1888, há a primeira

[13] **BNDigita**l: Correio Imperial (1887-1888), ed. 03, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

menção à "batalha de flores". Como indicado por Silva (2023), nesta primeira passagem ainda não se fazia nenhuma alusão ao processo emancipatório na cidade, tampouco à abolição legal. Cabe ressaltar que, em sua grande maioria de publicações, estes artigos eram inteiramente transcritos pelo jornal *Mercantil*.

> A Batalha de Flores – Aproxima-se o Carnaval, e isto nos traz à memória a encantadora batalha de flores, com que a população elegante de Nice e Cannes enche de inocente alegria e ruidosa festa os dias reservados a este folguedo. [...] A batalha começa, [...] a alegria de todos faz a música desta **cena verdadeiramente bela e digna de imitar-se onde quer que haja bom gosto**. Petrópolis, que é a cidade risonha das flores, bem poderia iniciar entre nós esta festa. **É tempo de sepultarmos o entrudo com o seu cortejo de defluxos e selvajarias**. Animando a floricultura, adotemos o gracioso folguedo da bela Nizza.
>
> R.G.[14]

Para além de explicar o funcionamento desta "batalha" e de, mais uma vez, apresentar os fazeres europeus como modelos a serem seguidos, este tipo de festa, apresentaria a possibilidade de se extinguir um modelo "selvagem" proveniente dos entrudos, elemento marcante no Carnaval brasileiro do século 19.

Embora fosse tido como desagradável e inadequado por visitantes estrangeiros e, neste caso, pela família real, pesquisas como a de Santos (2017) apresentam o gosto dos participantes pelo entrudo, tendo em vista a animação e participação da população neste divertimento. Medeiros (1971), neste sentido, indica que o entrudo havia sido proibido em 1853 em face da violência que atingira, o que não ocorreu na prática: "Não obstante tal interdição, a chamada Festa d'água subsistiria por muitos anos, tendo o Imperador Pedro II sido por ela atingido em Petrópolis, onde lhe alagaram as roupas" (Medeiros, 1971, p. 41).

O mesmo jornal, posteriormente, indica a aceitação, o agrado e o entusiasmo do público acerca deste divertimento, já indicando inclusive o momento em que ocorreria: o domingo de carnaval. Apresenta-se também como a primeira vez que esta festa

[14] *Ibid.* **Grifos nossos**.

ocorreria em toda a América do Sul, de forma que o autor do artigo tenha clamado pela participação dos "distintos assinantes"[15] do jornal, neste evento.

No Mercantil, contudo, como apresentado por Silva (2023), notamos pela primeira vez a sugestão de que aquele divertimento tivesse como razão a libertação dos escravizados na cidade de Petrópolis. No jornal, após apresentar a transcrição do artigo publicado no *Correio Imperial*, reflete:

> Ante esta afirmativa nos não é lícito duvidar de que assistiremos à brilhante festa, e não teremos este ano o bárbaro entrudo – condenado pelas sociedades cultas, por prejudicial e perigoso. Damo-nos parabéns por isso. Mas **desejaremos também que por um outro motivo tivesse de, mais tarde, ser lembrado o carnaval de 1888**. No presente ano não veremos passeando pelas nossas ruas, como que a tomar parte no folguedo geral, um respeitável grupo composto de duas pessoas que à população de Petrópolis mereceram sempre estima e veneração; [...]. **Nada para eles mais agradável seria que saberem que, ao ferir-se em Petrópolis a primeira batalha das flores, no campo da peleja erguia-se em plena pujança a árvore da Liberdade**. Para conseguir-se a libertação da cidade ou mesmo do município, basta um impulso de generosidade: limitadíssimo é o número dos escravizados aqui existentes. Pronuncie-se, pois, a vontade em favor da boa causa, e Sua Alteza a Sra. Princesa Regente poderá comunicar a seus augustos pais que, em testemunho de afeto aos bons amigos ausentes, Petrópolis restituiu a liberdade aos seus cativos.
>
> Th. C.[16]

Nesta concepção, publicada na primeira página do jornal, notamos mais uma vez a necessidade de se evidenciar a figura dos membros da família imperial – neste caso, notadamente D. Pedro II e a Imperatriz D. Isabel, que não estariam presentes em Petrópolis durante o carnaval – ao ser indicada a possibilidade de se utilizar daquele divertimento, proposto inicialmente pelo jornal organizado por aquela família – ainda que não com o fim da libertação – a restituição da liberdade dos "cativos" petropolitanos.

---

[15] **BNDigital**: Correio Imperial (1887-1888), ed. 05, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

[16] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 05, n.p., 1888. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

Tendo em vista esse apelo, a próxima edição do jornal *Correio Imperial* já acata a ideia.

> [...] pondera-nos alguém, não poderíamos aliar o folguedo ao exercício de uma santa virtude? Certo que sim. **Façamos uma dupla festa: a das flores e da caridade**. Dando algumas horas à diversão aliviemos dores cruéis, tornemos outros felizes, quebremos as duras algemas aos pobres cativos de Petrópolis. Não é justo que nesta risonha cidade sofra ainda alguém a privação deste bem supremo – a liberdade. Batalhemos, portanto, com flores, e a marcha triunfal dos vencedores seja um apelo aos sentimentos caridosos de todos, para que se quebre aqui o derradeiro grilhão de escravo. Seja divisa dos combatentes: A emancipação em Petrópolis.
>
> R.G.[17]

Deste modo, tendo sido aceita a possibilidade de se concretizar esta ideia, o jornal apresenta, na mesma edição, o programa para as festas: "Sábado 11, à noite – Baile. Domingo, das 5 às 7 da tarde – Batalha de Flores. [...] Segunda-feira, das 2 às 4 – Baile de crianças"[18]. Ao final, aponta para a projeção de "dois belos concertos durante a Quaresma"[19], com a mesma finalidade. Concretizada esta possibilidade, era necessário organizar o evento, com formação de comissões e definições mais concretas da programação das festas, como seria apresentado nas próximas edições dos jornais.

Em edições posteriores do *Mercantil*, na seção *Declarações*, apresenta-se o programa de maneira mais bem estruturada, a partir de uma reunião ocorrida no dia 28 de janeiro, embora não haja notícias de quem participou desta reunião. Para o baile que ocorreria no sábado, dia 11 de fevereiro, além de apresentar a participação de "Suas Altezas Imperiais", nota-se as indicações de vestimentas: "O vestuário para as senhoras é o de simples sarau ou fantasia; para os cavalheiros, casaca, sobrecasaca ou fantasia". Já o baile de crianças, já contava com um local, o *Pavilhão Hortícola* (Palácio de

[17] **BNDigita**l: Correio Imperial (1887-1888), ed. 06, n.p., 1888. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[18] *Ibid*.
[19] *Ibid*.

Cristal), local onde se organizava as exposições hortícolas e similares atividades[20]. Era neste local também onde seria possível encontrar bilhetes para o baile de crianças, apesar de não ser indicado o valor da entrada.

A partir do número de 11 de fevereiro, data em que se iniciariam as festas, o jornal passa a concebê-las não somente como meras festas de carnaval, mas como "festas patrióticas" que seriam "o prólogo da emancipação total desta cidade"[21]. Em artigo no jornal, neste sentido, nos são apresentadas algumas características da maneira pela qual seu autor – e podemos dizer que o jornal como um todo – pensava este processo.

Inicialmente, nos damos conta mais uma vez de uma alusão feita a D. Pedro II, embora desta vez, não fosse evidenciado ele ou qualquer outro membro da família real como idealizadores deste movimento, mas sim a própria população de Petrópolis, tendo em vista sua nula participação neste processo, notado pela sua ausência na cidade naquele momento. Assim o autor do artigo indicava, sobre D. Pedro: "O augusto chefe do estado, o bom amigo de Petrópolis, ficará contente quando souber que, neste ponto do país onde viram a luz netos seus, o trabalho escravo não mais enegrecerá o quadro do nosso progresso"[22].

O artigo previa também a ampla participação da sociedade petropolitana durante aquele evento, notabilizando mais uma vez a busca por se resguardar a imagem positiva que se buscava ter sobre esta população: "[...] nenhum habitante de Petrópolis, nenhum

[20] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 07, n.p., 1888. **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 08, n.p., 1888. Disponíveis em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[21] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 10, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[22] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 10, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

de seus visitantes, deixará de alistar-se na fileira dos combatentes"[23]. Assim, sobre esta participação, o autor conclui: "A causa é de todos; e, portanto, todos serão soldados"[24].

Junto a essas questões, nos são evidenciados dois elementos que nos fazem compreender o caráter abolicionista daquele jornal. O primeiro se dá sobre a indicação de uma emancipação que não fosse parcial ("quiséramos que de uma vez para sempre e da pátria em geral desaparecesse a escravidão"[25]); o segundo elemento é a compreensão de que não fosse dada a indenização aos senhores de escravos, mas que ela fosse conferida gratuitamente, embora já houvesse o entendimento de que seria isto impossível ("[...] atendendo-se à diversidade de interesses que se acham em jogo, urge que os dirigidos pelo interesse geral sejam em número os que são guiados pelo interesse privado"[26]).

As edições 11 e 12 do jornal já apresentavam, por fim, os resultados daquele evento, que teriam contado com a concorrência da população, além de ter conseguido angariar importante soma de recursos. Na primeira dessas edições, contudo, já se apresenta a figura da Princesa Isabel como a promotora da festa, ao lado de seu esposo, o Conde d'Eu. O autor indica que, naquela ocasião, eles "eram vistos em todos os pontos, animando as festas, chamando a postos os que talvez desejassem desertar, e lembrando aos vacilantes o dever de não recuar no combate pela boa causa da redenção de cativos"[27], indicando também o apreço do "povo" por conta daquelas festas, em que

[23] *Ibid*.
[24] *Ibid*.
[25] *Ibid*.
[26] *Ibid*.
[27] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 11, n.p.., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

"o povo de um lado, a realeza de outro, guiados pelo mesmo pensamento, caminhavam ambos a um fim igual"[28].

Outro ponto importante de se mencionar, que contribui com nossa hipótese de uma exaltação desmedida à família imperial se dá em uma menção a um dos filhos da princesa Isabel, o "infantil tipógrafo" que pela primeira vez teria escrito sobre a *Batalha de flores*, embora como já saibamos, não houvesse naquele momento qualquer tipo de alusão ao processo emancipatório. No mesmo sentido, nos é evidenciado em outro artigo do jornal, indícios sobre um movimento republicano na cidade que, como veremos logo, ganharia força nos próximos meses: "Não há homem, por mais republicano que seja, que não bata entusiásticas palmas ao ver desdobrar-se a púrpura da realeza em manto de caridade"[29]. Assim, por mais que se exaltasse a iniciativa da própria população petropolitana em dar prosseguimento a esta programação, não se deixava de exaltar a figura do Imperador, que sequer estava na cidade naquele momento, como é notório no seguinte trecho:

> Quando ideias como essas, **que nasceram do povo**, são adotadas e patrocinadas por um rei; quando esse rei, esquecendo-se de que as grandezas são o seu elemento, ouve compassivo as vozes do sofrimento; embora o destino lhe quebre o cetro, embora a agitação dos espíritos lhe rasgue a púrpura, há de ser sempre rei, porque troca um trono, que tem por base milhares de corações – não de súditos tão somente, mas de dedicados amigos.[30]

Como indicamos, outros divertimentos ocorreram em concomitância com o Carnaval. Um destes divertimentos foi um baile dado por iniciativa da princesa Isabel, no hotel Orleans. Consta no jornal que ele ocorreu na terça-feira de carnaval, simultaneamente com os outros bailes populares, mas desta vez somente "concorreu o

[28] *Ibid*.
[29] *Ibid*.
[30] *Ibid*. **Grifos nossos**.

corpo diplomático e o *high-life*"[31]. Além disso, sugere o jornal que este divertimento contou com uma "avultada" soma de recursos angariados.

Outro exemplo notório neste sentido foi um baile na segunda-feira, dia 13 de fevereiro (um dia após a batalha de flores e um antes do baile de crianças) que até certo ponto não se configurava como parte da programação da festa, mas a partir da edição de 8 de fevereiro, alguns dias antes do início do carnaval, passa a ser incluído. Trata-se de um *baile popular* no Salão da Floresta, que também seria "honrado com a augusta presença de Suas Altezas Imperiais"[32]. Posteriormente notaremos que outros divertimentos aconteciam ao mesmo tempo, mas entendemos que a escolha da princesa e do príncipe em participarem contribuiu para que este divertimento passasse a fazer parte dos planos de divulgação da grande "festa da emancipação".

Um anúncio deste baile é apresentado na mesma edição do jornal e na posterior[33], nos evidenciando mais alguns de seus detalhes: o Salão da Floresta, onde ocorreria o baile, teria sido "graciosamente cedido" por seu proprietário, o Sr. Alípio de Sá, contribuindo para a nossa hipótese de que eram muitos os atores que gostariam de estar envolvidos nesta festa, como forma de autopromoção. E os divertimentos contavam com grande prestígio para alimentar esta possibilidade. Outro elemento importante presente no anúncio é o valor das entradas, de 1$000 réis para os cavalheiros e gratuito para as damas.

Há menção também a um baile de senhoras que aconteceu no mesmo dia do baile de crianças, no Hotel Orleans.

---

[31] *Ibid*.
[32] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 09, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[33] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 10, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

> O exemplo das crianças despertou os brios das senhoras, que ali mesmo no Pavilhão Hortícola idearam um baile para a noite. Foi preferido para isso o Hotel Orleans, que ainda não tivera sua parte nas festas, e que bem merecia esta escolha pela elegância de seu salão e proverbial delicadeza de seus habitantes.[34]

A edição do Mercantil de 18 de fevereiro de 1888 abre espaço para noticiar mais três divertimentos que ocorreriam naquele sábado e que destinariam seus produtos em prol da emancipação: um espetáculo dramático no mesmo Theatro da Floresta; as corridas de cavalos no Hippodromo Petropolitano; e um concerto[35] – possivelmente o mesmo que já teria sido noticiado no número 6 do *Correio Imperial*[36]. Este último, entretanto, foi transferido para o sábado próximo, dia 25 de fevereiro, no hotel Bragança[37].

No domingo, dia 26 de fevereiro, outro baile popular ocorreria no Salão da Floresta com os mesmos fins, desta vez sem distinção de gênero no que se refere ao valor das entradas, mas contando com a contribuição financeira da princesa Isabel[38]. Consta em uma edição posterior[39], que visava noticiar os acontecimentos daquele final de semana, que este divertimento contou com a concorrência de outro: o concerto no Hotel Bragança. Assim, a este conjunto de divertimentos, o jornal chamou *festas patrióticas*.

[34] **BNDigita**l: Correio Imperial (1887-1888), ed. 10, n.p., 1888. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[35] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 11, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[36] **BNDigita**l: Correio Imperial (1887-1888), ed. 06, n.p., 1888. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[37] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 13, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[38] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 13, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[39] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 14, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

Além desses divertimentos, encontramos nas fontes outros dois: um espetáculo dramático no Theatro da Floresta[40] e um baile no Salão do Pique-Nique, em Cascatinha[41]. O primeiro contou com uma peça intitulada "O Escravo", seguido de uma comédia chamada "Um duello a espeto", terminando com o ator "Mulher-Homem". Este espetáculo, contudo, não menciona render benefícios à causa emancipatória.

Já no que tange ao baile, que ocorreria na quarta-feira, 14 de março, o fim da emancipação se faz mais presente. Os proprietários – Srs. Walbert Filho e Lago – aproveitaram este momento para solenizar o aniversário da Imperatriz (que era comemorado no mesmo dia), e também contava com os "auspícios" da princesa regente. O baile, por fim, só ocorre no sábado seguinte[42], contando com a presença da banda de música da Casa Imperial, e com horários extraordinários de *bondes*. Não é noticiado o valor da entrada, mas é apresentada a necessidade de se entregarem donativos à comissão, que estaria na porta, recebendo-os.

As edições posteriores apresentam os resultados do baile. Segundo consta, a quantia produzida foi de 195$960 réis, sendo retirados 69$960 para as despesas, e "ficando 126$ para a grandiosa aplicação"[43]. Já no que se refere ao "brilhantismo" da festa, assim foi descrito:

> Esteve brilhantíssima a festa: muita concorrência, boa música, a sala vistosamente adornada, poesias distribuídas, etc. Muito concorreu para aquele brilhantismo um poste de luz elétrica colocado habilmente em frente à fachada principal do edifício pelo Sr. Leon Rodde, o instalador da iluminação elétrica da fábrica nova, que também funciona maravilhosamente. Durante o festejo reinou sempre a melhor ordem.[44]

[40] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 15, p. x., 1888. **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 16, n.p., 1888. Disponíveis em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[41] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 17, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[42] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 18, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[43] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 21, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[44] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 20, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

Notamos também a participação de crianças, que matriculadas nas escolas públicas e subvencionadas da cidade, concorreriam "com o seu óbolo para a libertação de Petrópolis"[45]. Destacamos esta passagem, pois elas sairiam do salão da Floresta, rumo ao encontro da princesa Isabel para a entrega destes donativos. Esta relação do salão da Floresta com a causa emancipatória nos possibilita o entendimento de uma ação que serviria para além de somente sediar os divertimentos que aconteceriam, mas de se fazer presente em todos os momentos possíveis, enquanto apoiadores.

É necessário que notemos que possivelmente não foram estes os únicos divertimentos daquele período, já que utilizamos somente aqueles que foram em algum momento noticiados ou anunciados no jornal *Mercantil*. Ressaltamos também que outros divertimentos foram noticiados durante aquele período, mas que em nenhum momento fizeram qualquer tipo de alusão à causa emancipatória.

Ademais, notados os fins pelos quais foram apresentados os divertimentos, sobretudo a partir do carnaval, tornou-se necessário que mais atores passassem a contribuir para que, por fim, os escravizados fossem finalmente libertados e este processo fosse consolidado. Assim, a participação nestes eventos significava contribuir com o Livro de Ouro e/ou o Fundo de Emancipação, de forma que se tornasse possível comprar as alforrias dos escravizados.

No dia 21 de fevereiro, o *Correio Imperial* já publicara alguns resultados parciais das "festas patrióticas". Naquele momento, o jornal já noticiava que aqueles festejos já tinham surtido efeito, de maneira que alguns proprietários já tinham inclusive aproveitado aquele momento para libertarem seus escravizados, "sem ônus". Pedia-se então que outros escravocratas facilitassem a emancipação, "diminuindo ao menos o

[45] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 21, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

valor dos libertandos d'esta cidade"[46]. Vale importar que os recursos angariados seriam todos destinados ao *Livro de Ouro*, para que a partir deste, fossem compradas as alforrias. Para este fim, portanto, o jornal aponta que já havia sido produzida a quantia de 3:100$000, além de donativos de cerca de 18$000.

> É do concurso da boa vontade e do patriotismo de todos que depende este grandioso cometimento, em que o Brasil se prepara para dar ao mundo um admirável exemplo: fazer com flores e no meio de bençãos o que a outros custou o sangue de seus filhos.[47]

O *Mercantil* transcreve, mais uma vez, este artigo do *Correio Imperial*, e acrescenta alguns elementos importantes: 1) o fato de que aquela soma financeira obtida já era suficiente para as indenizações, devendo ser utilizado em outros municípios ou com outros fins; 2) uma sugestão de que a emancipação ocorresse no dia em que a imperatriz fizesse aniversário[48]. Esta data, como já apresentamos não foi a escolhida, e a edição posterior do jornal indica a projeção de que ocorresse, por fim, no dia 1º de abril, domingo de Páscoa, no Pavilhão Hortícola[49].

Os dias seguintes serviriam para que fosse divulgado ao máximo a necessidade de que as alforrias fossem concedidas gratuitamente, a fim do engrandecimento daquela festa e, evidentemente, de apresentar a sociedade petropolitana como humanista e avançada. Se de um lado, algumas pessoas já o estivessem concedendo[50] – ou pelo menos, prometendo –, por outro a imprensa precisava continuar a manifestar a importância deste ato.

> Sempre alimentamos a crença de que uma causa justa e nobre, qual a de que se trata, encontraria o mais fervoroso apoio da população de Petrópolis. [...]

---

[46] **BNDigita**l: Correio Imperial (1887-1888), ed. 11, n.p., 1888. **Grifos nossos**. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[47] *Ibid*.
[48] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 13, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[49] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 14, p. x., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[50] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 16, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

> A libertação de cativos da cidade de Petrópolis constituir-se-á o mais notável fato da história petropolitana, e na sua narrativa encontrarão os vindouros motivo de júbilos [sic]. **Quanto maior for o número das alforrias a título gratuito, tanto maior o brilho da grandiosa festa.** A nossa festa será brilhante, como majestosa é a sua origem, porque assim o exige o nosso dever. [...]
>
> Th. C.[51]

Tendo em vista a escolha da data – que já se aproximava –, formou-se uma *comissão emancipadora* na cidade. Os "possuidores de escravos" eram, portanto, convidados a se apresentarem à comissão, a fim de regularizar os seus títulos. Naquele momento, segundo o jornal *Mercantil*, mais de 20 escravizados tinham suas matrículas irregulares, pois não haviam sido matriculados na coletoria[52].

A organização de tal comissão, entretanto, não ocorria livre de críticas. Há somente oito dias da festa, Thomas Cameron – redator do *Mercantil* – discute sobre a pouca participação dos petropolitanos em relação aos visitantes, membros da corte[53].

Até aquele momento, tudo o que havia sido programado havia dado certo, mesmo que para isso, tenha sido necessária uma boa articulação entre diferentes atores, e até mesmo a ingerência da câmara municipal. Para as festas da emancipação, entretanto, a importância de se resguardar a imagem do povo petropolitano era ainda mais evidenciada. Tratava-se de um momento sem precedentes em sua história. Para isso, sua população não deveria ser apenas auxiliar dos visitantes da corte, mas participar ativamente de todo o processo. Como notaremos posteriormente, a imprensa e figuras ilustres do Brasil e de todo o mundo estariam presentes durante aquela cerimônia. Nada podia dar errado! Petrópolis precisaria fazer valer o seu título de uma cidade notável, bonita e... humanitária.

---

[51] *Ibid*.
[52] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 20, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[53] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 21, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.

Com uma participação ativa ou não, a festa se aproximava, e alguns detalhes sobre a cerimônia já eram estabelecidos. Os escravizados se reuniriam no salão da Floresta, indo até o pavilhão da Associação Hortícola e Agrícola de Petrópolis. Lá, às duas horas da tarde, seriam entregues os títulos de libertação. Apresentava-se, evidentemente, a presença de "Suas Altezas Imperiais", e também a quantidade de títulos que seriam entregues – trinta e quatro. Destes trinta e quatro, consta que dois já haviam sido conferidos gratuitamente, enquanto outros vinte e dois já haviam sido indenizados.

Assim, passado o dia 1º de abril, é finalmente noticiada a *emancipação* dos escravizados em Petrópolis sob o entendimento de que seria aquela "a mais bela página da história desta cidade"[54], exaltando os idealizadores e apoiadores (inclusive os habitantes de Petrópolis) deste evento – que até alguns meses antes parecia distante: "As contemporizações de um lado, o indiferentismo de outro, a tibieza aqui e os escrúpulos além, tudo nos fazia ver mais longe a majestosa data"[55].

Naquele momento, segundo as palavras publicadas por Cameron no jornal, "o suor do cativo não mais orvalhará [ia] o solo de Petrópolis"[56], indicando além disso a necessidade de que o país inteiro pudesse logo adotar a abolição. Assim, o autor dizia: "Brevemente poderá o país inteiro apresentar-se ao lado das nações cultas, sem um ponto sequer que delas o separe; **mas Petrópolis já ocupa lugar à frente**"[57]. Assim, como propusemos, esta data foi utilizada com grande potencial de dar visibilidade a cidade de Petrópolis e de seus frequentadores.

O *Correio Imperial* também noticiou o acontecimento com grande ânimo:

[54] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 23, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[55] *Ibid*.
[56] *Ibid*.
[57] *Ibid*. **Grifos nossos**.

> [...] **Está livre a risonha Petrópolis**, e oxalá não tardem em imitá-la suas irmãs da província. A onda marulhosa perto sussurra; de vários lados irromperam já os hinos desta santa cruzada, que nenhum braço humano poderá mais conter porque é a soberana voz do direito quem a proclama, é o próprio interesse da pátria quem a exige, é a luz sagrada do Evangelho quem a ilumina.
>
> R.G.[58]

Em outro artigo, o *Mercantil* descreve alguns elementos daquela festa:

> Descrevê-la como a apreciamos nos fora impossível; e, portanto, limitar-nos-emos a simples narrativa. Pouco depois de uma hora da tarde desfilaram do salão da Floresta, precedidos pela banda de música alemã e empunhando bandeiras brasileiras, os que iam receber os seus títulos de libertação. Na marcha triunfal tomavam parte o Sr. Advogado Marcos Fioravanti, delegado da comissão, e outras muitas pessoas. Já o pavilhão da associação Hortícola e Agrícola de Petrópolis, vistosamente ornado de sedas e flores, achava-se ocupado por muitas famílias e cavalheiros distintos, entre os quais membros do gabinete e do corpo diplomático, representantes da imprensa, fazendo parte deles o denodado escritor José do Patrocínio, e a comissão libertadora [...].[59]

No que se refere à programação, assim foi descrito no artigo:

> Chegado o préstito ao edifício, foi a sua vinda saudada pela banda [ilegível] música da Casa Imperial e o ale- [ilegível]. Logo em seguida chegaram Suas Altezas Imperiais e seus augustos filhos, acompanhados de seus semanários, sendo recebidos com as mais estrondosas demonstrações de contentamento e amizade. Tomando assento a venerando iniciadora da festa, leu o Sr. Dr. Silva Costa um discurso que foi ouvido em respeitosa atenção, e o Sr. Placido Viard, delegado de polícia, ergueu os vivas do estilo, entusiasticamente correspondidos. Começou, então, a entrega dos títulos, que eram pelo príncipe D. Pedro [filho de Isabel] trazidos a sua Alteza Imperial a Sra. Princesa regente, que graciosamente os entregava aos libertos, sendo em **número de noventa e oito os entregues naquele ato**. Terminada a majestosa cerimônia, foi lavrada a respectiva ata, a qual foi assinada por grande número de pessoas.[60]

Um fato nos desperta a atenção, e se deu ao final da cerimônia. Segundo consta no jornal, pessoas escravizadas de municípios vizinhos se fizeram presentes em grande número, ajoelhando-se perante Isabel, implorando pela "graça de sua libertação", que segundo o jornal, seriam atendidos[61]. O artigo menciona também o nome de três homens, possivelmente membros da comissão, que teriam desenvolvido "inexcedível

[58] **BNDigita**l: Correio Imperial (1887-1888), ed. 17, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[59] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 23, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[60] *Ibid*.
[61] *Ibid*.

atividade na gloriosa peleja"[62]. São eles: Claudio José da Silva, Marcos Fioravanti e José Pereira de Souza – este, empregado da Casa Imperial.

Outro elemento importante de ser discutido é o número de escravizados libertos, apresentado nesta fonte. Este número é incerto. Na mesma edição do jornal, outras duas fontes apresentam dados diferentes. A ata da solenidade, transcrita pelo jornal apresenta o total de cento e três títulos[63], enquanto uma notícia apresenta a libertação de cento e um escravizados (cinquenta e um homens e cinquenta mulheres)[64].

Destas, segundo consta no jornal, apenas onze foram gratuitas, de forma que as outras noventa tenham necessitado de indenização aos escravistas, totalizando o valor de 24:495$000. Este alto número de indenizações ocorreu mesmo com o investimento da imprensa em solicitar que as alforrias fossem concedidas gratuitamente, nos fazendo compreender, mais uma vez, quais eram os reais interesses por trás deste processo.

Vale ressaltar que, ainda no ano anterior, em 1887, uma iniciativa similar teria ocorrido na corte, sendo noticiados setenta e três escravizados libertos, sendo apenas dez de maneira espontânea, ao passo que sessenta e três alforrias teriam sido compradas com recursos angariados pela comissão[65].

Como sabemos, alguns meses depois a abolição legal seria assinada, e este processo geraria consequências para todo o país e, também, para a monarquia, com o engrandecimento de um movimento republicano que culminaria na Proclamação da República no ano seguinte. Este movimento seria responsável também por fazer ponderações sobre o processo que havia acabado de se concluir, criticando abertamente

---

[62] *Ibid*.
[63] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 23, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[64] *Ibid*.
[65] **BNDigita**l: Mercantil (1872-1892), ed. 43, n.p., 1887. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 30 jun. 2025.

uma atuação política da monarquia que havia estagnado após o dia 13 de maio, apontado como um "dia de muito, véspera de nada"[66].

Posterior a isso, duas outras festas foram promovidas em comemoração àquela abolição: uma "pela população e pela comissão libertadora desta cidade"[67] e outra por iniciativa da câmara municipal[68]. Em ambos os casos, contudo, não foi noticiada a presença dos ex-escravizados, sendo as festas destinadas à exaltação da família imperial. A primeira, que assim como as festas da emancipação, terminou no pavilhão da associação hortícola noticiava alguns de seus convidados, que deveriam ir saudar a princesa, sendo eles: "Os membros que compõem as classes do comércio, indústrias, artes e ofícios [...], sem distinção de nacionalidade ou credos políticos"[69].

De acordo com Moraes (2023), ainda que os ex-escravizados não fossem convidados, festas como essas seriam o início de uma disputa de memórias em torno da data, que passariam a ser comemoradas anualmente, inclusive sendo reapropriadas por parte daqueles libertos.

Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar como se deu a relação dos divertimentos na cidade de Petrópolis com o processo de escravidão, especialmente em torno dos movimentos a favor da abolição legal. Para tanto, foram compreendidos os divertimentos que tinham como objetivo angariar recursos para a compra de alforrias, além das formalizadas festas em favor da emancipação, que contaram com programação

[66] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 56, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 29 abr. 2024.
[67] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 36, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 30 jun. 2025.
[68] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 37, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 30 jun. 2025.
[69] **BNDigital**: Mercantil (1872-1892), ed. 36, n.p., 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 30 jun. 2025.

formal em 1888, e a festa de 1º de abril de 1888, momento em que finalmente os escravizados em Petrópolis foram emancipados.

Quanto aos usos políticos dessas festas, suas mobilizações puderam ser compreendidas em dois momentos: um momento inicial, em que empreendimentos e iniciativas no âmbito dos divertimentos tiveram como fim a compra de alforrias para a libertação de escravizados, em vista da relação do tema do abolicionismo com a cultura política local (Silva 2023), o que não significa necessariamente a busca pela superação da ordem estabelecida; e posteriormente, com uma ampla participação de representantes da família real, se apropriando de discursos e buscando sua autoafirmação enquanto figuras imperativamente humanitárias, frente aos avanços republicanos que já se apresentavam naquele período.

REFERÊNCIAS

AMBROZIO, Julio Cesar Gabrich. **O presente e o passado no processo urbano da cidade de Petrópolis:** uma história territorial. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

AQUINO, Renata; CUNHA JUNIOR, Henrique. Cidades negras – Petrópolis imperial. **Revista Ambivalências**, v. 2, n. 4, p 81-96, jul-dez, 2014.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. **Do apagamento à fala pública:** a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, Serv, de Publicações, 1971.

MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da Abolição no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2023.

PIRES, João Victor Ribeiro. O cativeiro no alto da serra: a escravidão e seus desdobramentos em Petrópolis através do periódico O Parahyba (1857-1859). **Faces de Clio**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 54–83, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/41961. Acesso em: 25 set. 2025.

SANTOS, Flávia da Cruz. **Uma história do conceito de divertimento na São Paulo do século XIX (1828-1889)**. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SILVA, Lucas Ventura da**. Movimentando a abolição:** sociabilidades, emancipação e liberdade na Petrópolis imperial (1884-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Lucas Ventura da. Patrimônio Documental sobre Escravidão: o elemento servil na Petrópolis do Oitocentos. **Revista Manduarisawa**, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/7420. Acesso em: 25 set. 2025.

SILVA, Renata Aquino da. **Afroinscrições em Petrópolis:** história, memória e territorialidades. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

FONTES DOCUMENTAIS

CORREIO IMPERIAL (1887-1888). Hemeroteca digital/BNDigital. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-imperial/813222. Acesso em: 01 mai. 2024.

MERCANTIL (1872-1892). Hemeroteca digital/BNDigital. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mercantil/376493. Acesso em: 01 mai. 2024.

Endereço do Autor:

Bernardo Jordano Gomes
Endereço eletrônico: b.jordano@hotmail.com